



LITHO FORMAS PORTUGUESA
Impressos Contínuos e Múltiplos, SA. - Sociedade Aberta
Sede: Rua D. Nuno Álvares Pereira - Vale de Figueira - 2695-748 S. João da Talha
Mat. na Conservatória Registo Comercial de Loures sob o nº 1848 - Contribuinte nº 500166773

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Exmos. Srs. Accionistas,

De acordo com os preceitos legais e com o previsto nos estatutos submetemos à apreciação de Vas. Exas., o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados e respectivos anexos relativos ao Exercício de 2002, assim como as contas consolidadas referentes ao universo de empresas liderado pela Litho Formas Portuguesa. O relatório de Gestão reporta-se aos valores das contas individuais, apresentando a secção de contas consolidadas para refletir e explicar os valores das contas individuais, que mais significativamente são alteradas pelas contas consolidadas.

1 - INTRODUÇÃO

Infelizmente todos os aspectos conjecturais mencionados no Relatório Semestral, levado ao conhecimento dos Senhores Accionistas em Agosto de 2002, se mantiveram actuais no segundo semestre, fazendo com que a actividade económica fosse dominada por um clima recessivo, que afectou toda a economia, e particularmente a indústria gráfica, dependente quer dos índices de consumo, quer da comunicação publicitária associada.

Anulado o impacte positivo resultante da entrada do Euro em circulação, que tinha no 1º Semestre atenuado a tendência negativa na actividade da empresa, o 2º Semestre veio demonstrar uma profunda quebra na procura dos produtos da Litho Formas Portuguesa, o que significativamente afectou toda a sua rentabilidade.

2 - ACTIVIDADE COMERCIAL

No conjunto da actividade comercial da empresa, verificou-se uma quebra nas vendas muito superior ao previsto no orçamento, que já previa uma redução de volume de 4,2%, relativamente a 2001.

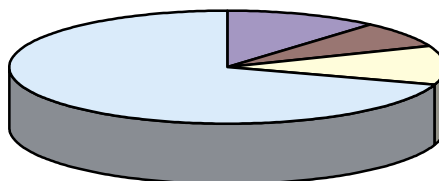
O valor total de vendas atingiu 7,650 milhões de Euros contra 8,558 milhões em 2001 e 7,116 milhões em 2000. Isto significa uma perda de 10,6% relativamente ao ano anterior, tendo os produtos produzidos na empresa perdido 10,6% enquanto as mercadorias baixaram 7,9%. Não se verificou qualquer facturação de prestação de serviços.

Analisando Product Mix que constitui a actividade comercial da Litho Formas Portuguesa, verifica-se que a área mais afectada foi o Offset Comercial com uma quebra de 15,4%. Nos produtos tradicionais oriundos das Rotativas de formulários a redução foi de 11,7%, enquanto as Etiquetas apresentaram uma ligeira subida de 1%, o que não deixa de ser relevante no contexto anteriormente descrito.

De facto assiste-se nos Formulários, a um excesso da oferta no mercado, o que naturalmente provoca uma redução de margem, sobretudo nas encomendas que representam mais volume. Estão nesta situação as grandes companhias de serviços, a Banca e os Seguros e ainda o Estado. Acresce a este cenário o facto de que grande número de utilizadores de papel contínuo, ao serem obrigados a actualizar os seus sistemas, optam maioritariamente por saídas de informação em A4, perdendo-se assim a especificidade que implicava o recurso a produtores de papel contínuo.

Já o Offset Comercial sofreu da profunda redução que varreu o mercado publicitário, principal destino dos produtos por nós produzidos neste sector.

Relativamente às Etiquetas, a obtenção de um valor semelhante ao do Ano anterior resulta da situação verificada no Mercado, onde não houve tanta queda na procura, como nas outras áreas, isto porque grande parte das etiquetas se destina ao mercado da indústria alimentar.



■ Mercadorias ■ Etiquetas
■ Offset Comercial ■ Formulários

Relevante, em nossa opinião, é o volume de vendas para o Mercado Externo, que totalizou 430 mil euros, mais 14,4% que em 2001. Tem constituído preocupação da Administração da empresa a busca de mercados alternativos para escoamento da sua capacidade, pelo que esperamos manter algum crescimento na Exportação.

3 - ACTIVIDADE PRODUTIVA

No que respeita à actividade produtiva, em 2002 procedeu-se a uma profunda reestruturação do sector de prépress com a aquisição de um sistema CTP, Computer-to-plate. Esta opção permitiu à empresa actualizar-se com a mais recente tecnologia existente no mercado, levando de imediato a um significativo aumento de qualidade. Igualmente se alteraram de forma significativa todos os fluxos de trabalho, envolvendo a preparação das encomendas.

Relativamente ao custo das vendas, o mesmo foi afectado por dois principais factores concorrenciais: primeiro um aumento global do custo com pessoal na ordem dos 2,98%, o segundo o aumento continuado da incorporação da matéria-prima que representou em 2001 49,8% da facturação e em 2002 subiu para 51%. O número de trabalhadores fabris aumentou em quatro pessoas, devido à decisão de reciclar um crescente número de funções, havendo assim a necessidade de sobrepor alguns funcionários. Esta tendência está a ser corrigida, sendo neste momento o número total de funcionários de 120 contra 128 no final do ano. O contínuo aumento do peso das matérias primas no valor de venda, advém da já referida pressão sobre os preços e a inerente redução de margem.

Relativamente à rubrica de fornecimentos e serviços externos, registou-se uma redução de 14%, principalmente por força de uma redução de subcontratações.

A continuação da política de investimentos da empresa, levou a que os custos também aumentassem por via das amortizações cujo valor subiu 4,6%.

4 - RECURSOS HUMANOS E ORGANIZAÇÃO

Em 2002 a empresa iniciou uma estratégia de renovação dos seus quadros, que conduziram a um aumento da massa salarial em cerca de 3,8%. De facto em algumas funções foi necessário promover a substituição de pessoas o que obrigou ao recrutamento para formação com o aumento de custos associados. Além disto a Administração procedeu neste exercício à actualização dos vencimentos em cerca de 3%, valor médio.

Neste momento e face às vicissitudes que são conhecidas está-se a proceder a uma reorganização funcional estando-se a operar com cerca de menos 8 elementos.

A empresa participou ainda durante o Ano de 2002, num programa de Inovação, Inovalor, onde foram adquiridas e aplicadas ferramentas de Gestão pelo Valor, que permitirão no curto prazo, 1º semestre de 2003, o lançamento de um novo serviço vocacionado para o Marketing Relacional.

5 - INVESTIMENTOS

No exercício em análise, a Litho Formas procedeu a investimentos no valor de 346 mil Euros, os quais maioritariamente foram aplicados na aquisição do Sistema CTP.

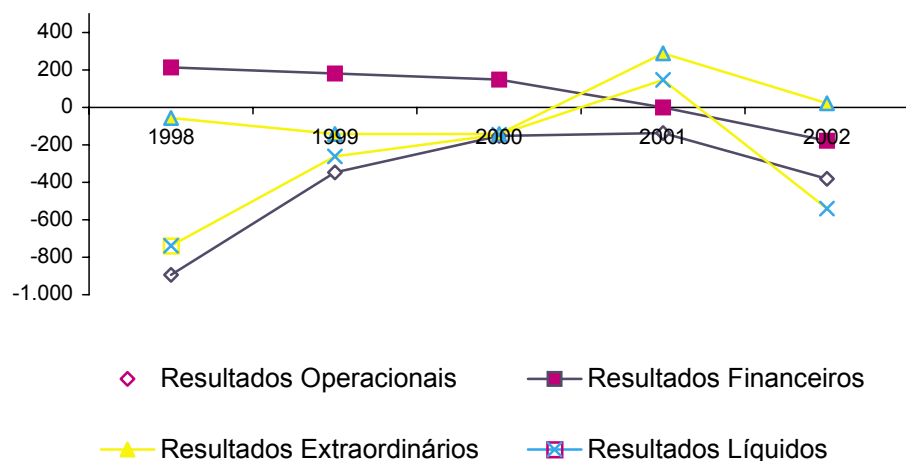
Está neste momento em curso a aquisição de uma Impressora Digital de alto rendimento, por forma a poder abrir novos mercados, que se apresentam com potencial de crescimento.

6 - EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS

Apesar de no final do primeiro semestre termos reportado, com satisfação, resultados operacionais positivos, na linha do que já havia acontecido no último semestre de 2001, cumpre-nos agora informar resultados operacionais negativos, ao nível dos verificados em 1999. O resultado negativo de 380 mil Euros, foi totalmente gerado no 2º semestre onde a actividade da empresa foi decepcionante, particularmente no 4º Trimestre onde os desvios relativamente ao orçamento dispararam e as margens, apesar do baixo volume de vendas, baixaram a níveis inimagináveis por via de um Product Mix desequilibrado.

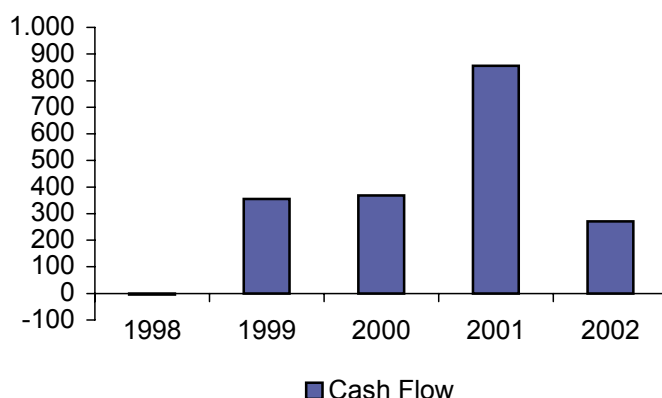
Os resultados financeiros foram igualmente negativos. A empresa à semelhança do que já havia feito no primeiro semestre, criou uma provisão no valor de cerca de 200 mil Euros, correspondente à diferença entre o valor contabilístico e o valor de mercado da sua carteira de títulos. Os resultados financeiros foram consequentemente negativos em cerca de 177 mil Euros.

Os resultados Extraordinários foram também negativos no valor de 21.388 Euros principalmente devido ao reconhecimento de incobráveis.

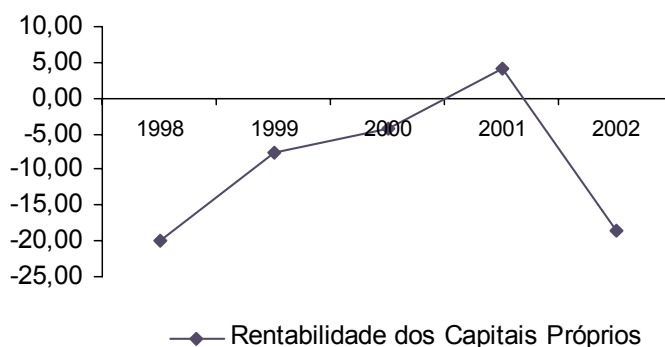


O Resultado líquido do Exercício totalizou 537.188 Euros negativos.

O Cash Flow do Exercício foi positivo, no valor de 271.434 Euros, representando 3,6% das vendas.



A rentabilidade dos capitais foi consequentemente negativa em 18,7%.



A nível do Balanço a Litho Formas Portuguesa continua a apresentar indicadores sólidos com uma Autonomia Financeira de 44,3% e um Rácio de Liquidez Geral de 1,43.

7 - CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS 2003

Apesar dos resultados negativos apresentados em 2002, esperamos que a situação de conjuntura económica desfavorável se inverta durante

o ano de 2003 e com base no nosso orçamento para o corrente ano preparado no final de 2002, apresentamos as nossas previsões como segue:

VENDAS: 8,4 milhões de Euros

RESULTADO OPERACIONAL: 95 mil Euros

CASH FLOW OPERACIONAL: 490 mil Euros

Concluindo informamos que a empresa possui 12.101 ações próprias, com o valor de custo de 48.570 Euros.
A empresa tem a situação regularizada com a Segurança Social.

E a finalizar, deixamos aqui expressamente reafirmado o reconhecimento à colaboração prestada pelos Clientes, Fornecedores Colaboradores.

Do mesmo modo, cabe aqui deixar uma palavra de agradecimento ao Conselho Fiscal, pela colaboração prestada ao longo do exercício.

8 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que o resultado negativo líquido de 2002 de 541.009 Euros evidenciado nas contas individuais seja levado para Resultados Transitados.

9 - CONTAS CONSOLIDADAS

As contas consolidadas de 2002 integram, no fim do exercício, o balanço da Litho Formas & Drescher, Lda, que continua inactiva e os resultados decorrentes da liquidação em Setembro desse ano da Litho Formas – Comércio de Equipamentos, Lda., sociedade esta que a nossa empresa detinha uma quota de 80%.

Vale de Figueira, 10 de Março de 2003

O Conselho de Administração



Eng. João Manuel C. Martins Cabral
Vogal



Eng. Klaus Safeeld
Presidente



Eng. Nuno Lourenço Pinheiro
Vogal



BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002

CÓDIGO DE CONTAS			2002			2001
CE (1)	POC		ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES ACUMULADAS	ACTIVO LÍQUIDO	ACTIVO LÍQUIDO
C		ACTIVO				
I		IMOBILIZADO				
1		Imobilizações incorpóreas				
1	431	Despesas de instalação	67.306	67.306	-	-
2	432	Despesas de investigação e desenvolvimento	61.976	61.976	-	-
3	433	Propriedade industrial e outros direitos	30.703	30.703	-	-
	434	Trespases	2.993	-	2.993	2.993
		Subtotal	162.978	159.985	2.993	2.993
II		Imobilizações corpóreas				
1	421	Terrenos e recursos naturais	112.031	-	112.031	112.031
1	422	Edifícios e outras construções	1.753.286	1.106.070	647.216	715.155
2	423	Equipamento básico	9.384.959	8.272.114	1.112.845	1.222.159
2	424	Equipamento de transporte	463.414	408.318	55.096	50.711
3	425	Ferramentas e utensílios	124.705	87.979	36.726	37.311
3	426	Equipamento administrativo	537.864	387.885	149.979	157.435
3	427	Taras e vasilhame	5.457	5.405	52	521
3	429	Outras imobilizações corpóreas	163.966	163.966	-	40.930
4	441/6	Imobilizações em curso	-	-	-	32.804
		Subtotal	12.545.682	10.431.737	2.113.945	2.369.057
III		Investimentos financeiros				
1	4111	Partes de capital em empresas do grupo	72.557	72.557	-	189.640
5	4113+414+415	Títulos e outras aplicações financeiras	8.209	-	8.209	8.209
		Subtotal	80.766	72.557	8.209	197.849
D		CIRCULANTE				
I		Existências				
1	36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	699.084		699.084	653.204
2	35	Produtos e trabalhos em curso	145.961		145.961	154.420
3	33	Produtos acabados e intermédios	62.070		62.070	44.423
3	32	Mercadorias	76.865		76.865	76.267
		Subtotal	983.980		983.980	928.314
II		Dívidas de terceiros - curto prazo (b)				
1	211	Clientes, c/c	1.789.005	-	1.789.005	2.030.599
1	212	Clientes, títulos a receber	4.737	-	4.737	-
1	218	Clientes cobrança duvidosa	307.844	305.283	2.561	7.037
3	253+254	Empresas do grupo	280.061	-	280.061	278.986
4	24	Estado e outros entes públicos	667	-	667	2.359
4	262+/6+/7+/8+/221	Outros devedores	90.516	-	90.516	5.425
		Subtotal	2.472.830	305.283	2.167.547	2.324.406
III		Títulos negociáveis				
3	1513+1523+153/9	Outros títulos negociáveis	1.320.393	199.793	1.120.600	861.192
		Subtotal	1.320.393	199.793	1.120.600	861.192
IV		Depósitos bancários e caixa				
	12+13+14	Depósitos bancários	50.247		50.247	96.827
	11	Caixa	766		766	5.297
		Subtotal	51.013		51.013	102.124
E		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
	271	Acréscimos de proveitos	24.386		24.386	20.795
	272	Custos diferidos	17.414		17.414	15.523
	276	Imposto diferido activo	-			
			41.800		41.800	36.318
		Total de amortizações	10.591.722			
		Total de provisões	577.633			
		Total do Activo	17.659.442	11.169.355	6.490.087	6.822.253

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 (CONTINUAÇÃO)

CÓDIGO DE CONTAS			EXERCÍCIOS	
CE (1)	POC		2002	2001
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
A		CAPITAL PRÓPRIO		
I	51	Capital	2.500.000	2.500.000
	52	Acções próprias		
	521	Valor nominal	(60.505)	(60.505)
	522	Prémios e descontos	11.932	11.932
III	55	Ajustamento de partes de capital em filiadas e assoc.	37.550	202.355
	56	Reservas de reavaliação	166.742	848.583
IV	57	Reservas:		
1/2	571	Reservas legais	236.956	236.956
4	574	Reservas livres	1.363.343	1.363.343
4	579	Reservas especiais	134.087	134.087
V	59	Resultados Transitados	(976.697)	(1.941.184)
		Subtotal	3.413.408	3.295.567
VI	88	Resultado líquido do exercicio	(541.009)	146.426
		Total do capital próprio	2.872.399	3.441.993
PASSIVO				
B		Provisões para riscos e encargos		
3	293/8	Outras provisões para riscos e encargos	227.075	225.326
			227.075	225.326
C		DÍVIDAS A TERCEIROS - Médio e longo prazo		
2	231+12	Dívidas a instituições de crédito		
8	239	Outros empréstimos obtidos		
C		DÍVIDAS A TERCEIROS - Curto prazo		
1	231+12	Dívidas a instituições de crédito	780.067	269.351
4	221	Fornecedores, c/c	1.348.295	1.389.941
8	251+255	Outros accionistas (sócios)	8.290	115.532
8	2611	Fornecedores de Imobilizado, c/c	683.572	650.513
8	24	Estado e outros entes públicos	188.011	228.362
8	262+263+264	Outros credores	14.312	133.897
			3.022.547	2.787.596
D		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
	273	Acréscimos de custos	286.380	290.120
	274	Proveitos diferidos	56.329	77.218
	276	Impostos diferidos passivos	25.357	-
			368.066	367.338
		Total do passivo	3.617.688	3.380.260
		Total do capital próprio e do passivo	6.490.087	6.822.253



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002

CÓDIGO DE CONTAS			EXERCÍCIO			
CE (1)	POC		2002		2001	
A			CUSTOS E PERDAS			
2. a)	61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas :				
		Mercadorias	619.286		592.492	
		Matérias	3.468.546	4.087.832	3.792.391	4.384.883
2. b)	62	Fornecimentos e serviços externos		1.028.119		1.195.867
3		Custos com o pessoal :				
3. a)	641 + 642	Remunerações	1.828.715		1.757.537	
3. b)		Encargos Sociais :				
	643 + 644	Pensões	-		-	
	645 / 8 / 9	Outros	475.073	2.303.788	461.281	2.218.818
4. a)	66	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	601.014		574.444	
4. b)	67	Provisões	6.990	608.004	30.157	604.601
5	63	Impostos	9.000		7.296	
5	65	Outros custos e perdas operacionais	3.001	12.001	6.455	13.751
		(A)		8.039.744		8.417.920
6	682	Perdas em empresas do grupo e associadas	270		27.765	
6	683 + 684	Amort. e provisões de aplicações e investimentos financeiros	199.793		-	
7	(2)	Juros e custos similares :				
		Relativos a empresas do grupo	-		-	
		Outros	97.523	297.586	136.343	164.108
		(C)		8.337.330		8.582.028
10	69	Custos e perdas extraordinários		53.684		245.466
		(E)		8.391.014		8.827.494
8 + 11	86	Imposto sobre o rendimento do exercício		3.821		3.827
		(G)		8.394.835		8.831.321
13	88	Resultado líquido do exercício		(541.009)		146.426
				7.853.826		8.977.747
B		PROVEITOS E GANHOS				
1	71	Vendas :				
		Mercadorias	851.256		924.608	
		Produtos	6.798.478		7.604.211	
1	72	Prestações de serviços	-	7.649.734	28.731	8.557.550
2	(3)	Variação da produção	9.188		(312.112)	
3	75	Trabalhos para a própria empresa	-		-	
4	73	Proveitos suplementares	-		14.216	
4	74	Subsídios à exploração	-		20.644	
4	76	Outros proveitos e ganhos operacionais	-	9.188	-	(277.252)
		(B)		7.658.922		8.280.298
5	782	Ganhos em empresas do grupo e associadas	-		-	
5	784	Rendimentos de participação de capital	82.581		14.165	
6	(4)	Rendimentos de títulos negociáveis e de outras apl financeiras :				
		Relativos a empresas do grupo	-		-	
		Outros	-		-	
7	(5)	Outros juros e proveitos similares :				
		Relativos a empresas do grupo	-		-	
		Outros	37.252	119.833	148.971	163.136
		(D)		7.778.755		8.443.434
9	79	Proveitos e ganhos extraordinários		75.071		534.313
		(F)		7.853.826		8.977.747
Resumo						
		Resultados operacionais : (B) - (A) =		(137.622)		(380.822)
		Resultados financeiros : (D-B) - (C-A) =		(972)		(177.753)
		Resultados correntes : (D) - (C) =		(138.594)		(558.575)
		Resultados Antes de impostos : (F) - (E) =		150.253		(537.188)
		Resultados do exercício : (F) - (G) =		146.426		(541.009)

(*) N = valores do presente exercício; N-1 = valores do exercício anterior

(1) Em conformidade com o art.º 24º da 4ª Directiva da CE.

(2) 681 + 685 + 686 + 687 + 688

(3) Diferença algébrica entre as existências finais e iniciais de «Produtos acabados e intermédios» (C/33), «Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos» (C/34) e «Produtos e trabalhos em curso» (C/35), tomando ainda em consideração o movimento registado em «Regularizações de existências» (C/34)

(4) 7812 + 7815 + 7816 + 783

(5) 7811 + 7813 + 7814 + 785 + 786 + 787 + 788

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

	2002	2001
Vendas e prestações de serviços	7.649.734	8.557.550
Custo das vendas e das prestações de serviços	(4.087.832)	(4.384.883)
Resultados brutos	3.561.903	4.172.667
Outros proveitos e ganhos operacionais		
Custos de distribuição	(886.016)	(905.364)
Custos administrativos	(703.804)	(832.755)
Outros custos e perdas operacionais	(2.379.566)	(2.572.171)
Resultados operacionais	(407.484)	(137.623)
Custo líquido do financiamento		
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	(270)	(13.600)
Ganhos (perdas) em outros investimentos	(139.281)	16.136
Ganhos (perdas) em imobilizações	2.205	277.685
Resultados correntes	(544.829)	142.598
Imposto sobre os resultados correntes	3.821	3.827
Resultados correntes após impostos	(541.009)	146.425
Resultados extraordinários		
Imposto sobre os resultados extraordinários		
Resultados líquidos	(541.009)	146.425
Resultados por acção	(1,09)	0,30

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

1 - As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com os princípios contabilísticos definidos no Plano Oficial de Contabilidade e das Directrizes Contabilísticas da Comissão de Normalização Contabilística. Assim, foram preparados segundo a convenção dos custos históricos, modificada pela reavaliação das imobilizações corpóreas e na base da continuidade das operações, em conformidade com os princípios contabilísticos de prudência, especialização dos exercícios, consistência, substância sobre a forma e materialidade.

2 - Valores comparativos

Ter em consideração os aspectos descritos na Nota 6 relativamente à adopção neste exercício da política contabilística do reconhecimento dos impostos diferidos.

3 - Critérios valorimétricos adoptados:

a) Imobilizações incorpóreas estão valorizadas ao custo de aquisição, líquidas de amortizações acumuladas.

b) Imobilizações corpóreas:

Estão apresentadas pelos valores de aquisição. Para parte dos edifícios e outras construções (Nota 13), excluindo os respectivos terrenos, são apresentados valores resultantes das reavaliações efectuadas, líquidos das reintegrações acumuladas.

As reintegrações são efectuadas pelos métodos das quotas constantes e/ou degressivas, a taxas calculadas de forma a que o valor dos imobilizados seja reintegrado durante a sua vida útil estimada.

As taxas utilizadas são as máximas admitidas para efeitos fiscais.

Os activos imobilizados adquiridos mediante contrato de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo e a correspondente responsabilidade registada no passivo. Os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme acima referido, são registados como custos na demonstração de resultados do período a que respeitam.

c) Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas estão valorizados de acordo com o método da equivalência patrimonial sendo ainda provisionados os capitais próprios negativos das afiliadas, na rubrica Provisões para Riscos e Encargos.

d) Os títulos e outras aplicações financeiras estão expressos a custos históricos.

e) Existências:

As existências de matérias primas, subsidiárias e de consumo estão valorizadas ao custo médio de aquisição.

Os Produtos e trabalhos em curso estão valorizados ao custo médio de aquisição das matérias primas e ao custo da mão de obra directa estimada.

Os produtos acabados estão valorizados ao custo de produção que inclui matérias primas, mão de obra e apropriados gastos gerais de fabrico.

f) Impostos Diferidos:

O reconhecimento contabilístico dos impostos diferidos relacionados com as diferenças temporárias entre o reconhecimento de receitas e despesas para fins contabilísticos e para fins de tributação foram registados pela primeira vez neste exercício, de acordo com a Directriz Contabilística n.º 28.

g) Títulos Negociáveis:

Os Títulos (Nota 17) estão expressos pelos respectivos custos históricos excepto os recebidos como dividendos em espécie que estão valorizados pelo justo valor à data da sua distribuição. À data do balanço o total líquido de menos e mais valias potenciais é provisionado se for negativo.

h) Reservas de reavaliação:

Foi reconhecido contabilisticamente o disposto na directriz contabilística n.º 16.

- 4 - As transacções em moeda estrangeira são contabilizadas aos câmbios das datas das operações, não sendo significativos os saldos em moeda estrangeira com câmbio variável no final do ano.
- 5 - Não aplicável.
- 6 - De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por partes das autoridades fiscais durante um período de quatro anos para os exercícios subsequentes a 1998 (sendo de seis anos no caso de serem utilizados prejuízos reportáveis) e dez anos no caso da Segurança Social (cinco anos a partir do ano de 2000, inclusive). Deste modo, as declarações fiscais da sociedade dos anos de 1997 a 2002, encontram-se sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002.

De acordo com a legislação fiscal portuguesa, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Desta forma, a 31 de Dezembro de 2002, a empresa tem aproximadamente 1.230.306 euros de prejuízos fiscais reportáveis, a que corresponde cerca de 406.000 euros de impostos diferidos activos.

A empresa apresenta ainda nas suas contas, provisões não dedutíveis fiscalmente, no montante total de 499.424 euros, a que corresponde cerca de 164.810 euros de impostos diferidos activos.

Por outro lado, decorrente das reavaliações do imobilizado corpóreo efectuados existem impostos diferidos passivos que se estimam em 25.357 euros.

A movimentação dos impostos diferidos podem ser observadas nos mapas abaixo:

1. Reconciliação do imposto do exercício e do imposto corrente

Descrição	Total		Operações na Dem. Result		Movimentação Rubricas Capital Próprio			
					Reavaliação		Outras	
	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001
I - Imposto do exercício	7.048	-	7.048	-	-	-	-	-
II - Gastos (proveitos) de impostos do exercício reconhecidos neste exercício e anteriormente reconhecidos como impostos diferidos provenientes de:								
	-	-	-	-	-	-	-	-
III - Gastos (proveitos) de impostos não reconhecidos anteriormente como impostos diferidos provenientes								
1. Imposto diferido relativo à realização da reserva de reavaliação	(3.228)		(3.228)					
	(3.228)	-	(3.228)	-	-	-	-	-
IV - Imposto diferido (II+/-III)	(3.228)	-	(3.228)	-	-	-	-	-
V - Imposto corrente (I+/-IV)	3.820	-	3.820	-	-	-	-	-



2. Decomposição dos Activos e Passivos por impostos diferidos por tipo de diferença à data do Balanço

Descrição	Total		Operações na Dem. Result		Movimentação Rubricas Capital Próprio			
					Reavaliação		Outras	
	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001
Diferenças Temporárias que originaram Activos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões não aceites fiscalmente	-	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-
Total I	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças temporárias que originaram Passivos por impostos diferidos	86.622	-	9.783	-	76.839	-	-	-
40% da Reserva de Reavaliação de activos imobilizados	86.622	-	9.783	-	76.839	-	-	-
Total II	86.622	-	9.783	-	76.839	-	-	-
Valores reflectidos no balanço	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos por impostos diferidos (Total I x 33%)	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos por impostos diferidos (Total II x 33%)	28.585	-	3.228	-	25.357	-	-	-

Apesar de ter apresentado resultados fiscais positivos em 2000, 2001 e 1.º semestre de 2002, em virtude da deterioração da conjuntura económica internacional e nacional e dos investimentos entretanto efectuados, a Litho Formas não consegue estimar com razoável segurança a possibilidade de utilizar os prejuízos fiscais disponíveis.

Assim, a Litho Formas decidiu não reconhecer qualquer imposto diferido activo relacionado com as seguintes diferenças temporárias:

	31-12-02	31-12-01
Provisões não aceites fiscalmente		
Para outros riscos e encargos		
- empresas participadas	227.075	225.327
Para Investimentos financeiros	72.556	72.556
Para aplicações financeiras	199.793	-
Total de provisões	<u>499.424</u>	<u>297.883</u>
Prejuízos fiscais:		
de 1996 a utilizar até 2002	-	121.328
de 1997 a utilizar até 2003	285.223	285.223
de 1998 a utilizar até 2004	515.867	515.867
de 1999 a utilizar até 2005	135.211	135.211
de 2002 a utilizar até 2008	294.005	-
Total de prejuízos fiscais	<u>1.230.306</u>	<u>1.057.629</u>

A partir do momento em que seja possível determinar com alguma segurança a probabilidade de recuperação destes prejuízos fiscais, os subjacentes impostos diferidos activos serão contabilizados.

7. O número médio de efectivos ao serviço da empresa foi o seguinte:

	31-12-02	31-12-01
Pessoal dirigente	3	3
Pessoal administrativo	12	12
Pessoal comercial	27	30
Pessoal fabril	86	82
	<u>128</u>	<u>127</u>

8. Não aplicável

9. Não aplicável

10. O movimento ocorrido nas rubricas de imobilizado e respectivas amortizações foi o seguinte:

ACTIVO BRUTO

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de Instalação	67.306					67.306
Despesas Invest. Desenvolvimento	61.976					61.976
Propriedade industrial e Outras	30.703					30.703
Trespases	2.993					2.993
Imobilizações em curso incorpóreas						-
Subtotal	162.978	-	-	-	-	162.978
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	112.031					112.031
Edifícios e outras construções	1.753.286					1.753.286
Equipamento básico	9.105.138		265.061		14.760	9.384.959
Equipamento de transporte	433.623		43.757	(13.966)		463.414
Ferramentas e utensílios	124.288		417			124.705
Equipamento administrativo	483.153		12.837		41.874	537.864
Taras e Vasilhames	5.457					5.457
Outras imobilizações corpóreas	163.966					163.966
Imobilizações em curso corpóreas	32.804		23.830		(56.634)	-
Adiant. por conta de imob. corpóreas						
Subtotal	12.213.746	-	345.902	(13.966)	-	12.545.682
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em emp. do grupo	262.197				(189.640)	72.557
Partes de capital em emp. associadas	-					-
Títulos e outras aplicações financeiras	8.209					8.209
Subtotal	270.406	-	-	-	(189.640)	80.766
Total	12.647.130	-	345.902	(13.966)	(189.640)	12.789.426

AMORTIZAÇÕES / PROVISÕES

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
Imobilizações incorpóreas:				
Estudos e Projectos Industriais	67.306			67.306
Investigação e Desenvolvimento	61.976			61.976
Licenças	30.703			30.703
Subtotal	159.985	-	-	159.985
Imobilizações corpóreas:				
Edifícios e outras construções	1.038.131	67.939		1.106.070
Equipamento básico	7.882.979	389.135		8.272.114
Equipamento de transporte	382.912	39.372	(13.966)	408.318
Ferramentas e utensílios	86.977	1.002		87.979
Equipamento administrativo	325.718	62.167		387.885
Taras e Vasilhames	4.936	469		5.405
Outras imobilizações corpóreas	123.036	40.930		163.966
Subtotal	9.844.689	601.014	(13.966)	10.431.737
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em emp. grupo	72.557			72.557
Títulos e outras aplicações financeiras	-			-
Subtotal	72.557	-	-	72.557
Total	10.077.231	601.014	(13.966)	10.664.279

11. Não Aplicável

12. As imobilizações corpóreas foram reavaliadas ao abrigo dos seguintes diplomas legais:

DL-118-B/86;
DL-111/88;
DL-49/91;
DL-264/92.

A empresa descontinuou a política de reavaliar as imobilizações corpóreas ao abrigo da lei fiscal por considerar negligenciáveis os correspondentes efeitos.



13. Mapa das reavaliações

REAVALIAÇÕES

RUBRICAS	CUSTOS HISTÓRICOS (a)	REAVALIAÇÕES (a) (b)	VALORES CONTABILÍSTICOS REAVALIADOS (b)
Imobilizações corpóreas:			
Edifícios e outras construções	344.721	192.099	536.820

(a) – Líquidos de amortizações

(b) – Englobam as sucessivas reavaliações

Como resultado das reavaliações legais efectuadas, as amortizações do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, foram aumentadas em 24.455 euros. Deste montante, 40% não é aceite como custo para efeitos da determinação da matéria colectável em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC). As amortizações de períodos futuros serão aumentadas em 192.099 euros em resultado das reavaliações efectuadas, dos quais 76.839 euros serão adicionados à matéria colectável pelo que o imposto diferido passivo calculado à taxa de imposto de 30% adicionado de 10% de derrama é de 25.357 euros.

14. Todo o imobilizado corpóreo está afecto à actividade da empresa e não existem imobilizações implantadas em propriedade alheia.

15. Locação financeira

A 31 de Dezembro de 2002, a empresa tinha registado na rubrica de Fornecedores de Imobilizado conta corrente um montante de 654.978 euros relativo à aquisição de duas máquinas de impressão em sistema de leasing financeiro (uma máquina rotativa de Offset e um "Computer To Plate" adquiridas respectivamente por 733.990 euros e 212.000 euros). As responsabilidades da Litho Formas como locatária, relativas a rendas vincendas a 1 ano e a mais de um ano é respectivamente de 229.578 euros e 425.400 euros.

16. Participações financeiras

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Rubricas	Participação	Capitais Próprios 31/12/02	Resultado do Exercício 31/12/02	PROVISÃO	VALOR DE BALANÇO
DO GRUPO:					
ELIEFE, Lda. (Nunca teve actividade e encontra-se totalmente provisionada)	95%	499		(474)	
LITHO FORMAS & DRESCHER, LDA. Vale de Figueira - Sacavém	100%	(227.075)	(1.749)	(72.083)	
Subtotal		(226.576)	(1.749)	(72.557)	
OUTRAS EMPRESAS					
Investimento em acções em outras empresas com participações minoritárias					8.209
Subtotal					8.209
Total		(226.576)	(1.749)	(72.557)	8.209

17. Títulos Negociáveis

TÍTULOS NEGOCIÁVEIS

RUBRICAS	QUANTIDADES	VALORES DO BALANÇO	VALOR MERCADO EM 31-12-2002
ACÇÕES			
ABN AMRO	2.157	16.472	33.606
AEGON NV	3.348	75.639	41.046
DSM NV	2.482	97.074	107.669
ING GROEP NV	2.234	26.498	36.057
AVENTIS	1.000	58.748	51.800
LEHMAN BROTHERS	500	42.931	25.313
HANNOVER	620	15.103	15.066
PORSCHE	150	54.904	59.400
PSA - PEUGEOT CITROËN	960	49.600	37.438
SAMSUNG	1.000	56.165	59.550
IMPALA PLA.	1.200	77.976	72.594
ANGLO IRISH BANK CORP (EUR)	11.058	47.080	74.973
SCHERING	1.000	62.880	41.500
ERSTE	980	57.010	62.867
HYUNDAI	10.000	78.148	53.700
YUCOS ADR	360	57.780	49.240
DEPFA	4.000	318.201	204.900
ANGLO IRISH BK CORP (GBP)	1.000	5.849	6.791
BANK NAC. PARIS	1.000	57.295	38.840
AAREAL BANK AG AKTIE	4.000	65.040	48.250
Total	49.049	1.320.393	1.120.600

18. Não aplicável.

19. Não aplicável.

20. Não aplicável.

21. Não aplicável.

22. Não aplicável.

23. O valor global das dívidas de cobrança duvidosa é de 307.844 euros.

24. Não aplicável.

25. As dívidas do pessoal no fim do ano eram de 432 euros.

26. Não aplicável.

27. Não aplicável.

28. Em 31 de Dezembro não existiam dívidas em situação de mora à Segurança Social.

29. Não aplicável.

30. Não aplicável.

31. Não aplicável.

32. Garantias Prestadas:

Electricidade de Portugal	1.496 euros
Petrogal (cartões GALP Frota)	3.990 euros
CTT (para boa execução de encomendas)	7.738 euros
CRSS (para boa execução de encomendas)	1.534 euros



33. Não aplicável.

34. Movimentos de provisões ocorrido no exercício

PROVISÕES

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
19 Provisões para aplicações de tesouraria	-	199.793	-	199.793
28 Provisões para cobranças duvidosas	299.217	6.990	(924)	305.283
29 Provisões para riscos e encargos	225.326	1.749	-	227.075
Total	524.543	208.532	(924)	732.151

35. Não aplicável.

36. O capital da empresa está dividido em 500.000 acções ao valor nominal de 5 euros por acção.

37. Não aplicável.

38. Não aplicável.

39. Reserva de reavaliação

RESERVA DE REAVALIAÇÃO

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	DIMINUIÇÃO	TRANSFERÊNCIA	SALDO
56 Reservas de reavaliação	848.583		(28.585)	(653.256)	166.742

A movimentação registada na rubrica de Reservas de reavaliação refere-se ao registo dos impostos diferidos passivos (ver nota 6) e ao cumprimento do disposto na directriz contabilística n.º 16.

40. Movimentos ocorridos no exercício nas Rubricas de Capitais Próprios

CAPITAIS PRÓPRIOS

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	SALDO FINAL
Capital	2.500.000				2.500.000
Acções próprias					
Valor Nominal	(60.505)				(60.505)
Prémios e Descontos	11.932				11.932
Ajustamento partes de capital em fil. associadas	202.355			(164.805)	37.550
Reservas de Reavaliação	848.583		(28.585)	(653.256)	166.742
Reserva legal	236.956				236.956
Reservas livres	1.363.343				1.363.343
Reservas especiais	134.087				134.087
Resultados Transitados	(1.941.184)			964.487	(976.697)
Resultados líquidos do exercício	146.426		(541.009)	(146.426)	(541.009)
Capitais próprios	3.441.993		(569.594)	-	2.872.399

De acordo com a alínea b) nº 1 do artº 324 do C.S.C encontra-se indisponível uma reserva no montante igual ao valor contabilístico das Acções Próprias.

41. Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas como se segue:

CMVMPC

MOVIMENTOS	MERCADORIAS	MATÉRIAS-PRIMAS SUB. E DE CONSUMO
Existências iniciais	76.266	653.204
Compras	611.612	3.544.303
Regularizações	8.273	(29.877)
Existências finais	76.865	699.084
Custos do exercício	619.286	3.468.546

42. Demonstração da variação da produção como se segue:

VARIAÇÃO DE PRODUÇÃO

MOVIMENTOS	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO
Existências iniciais	44.423	154.420
Regularização	-	-
Existências finais	62.070	145.961
Variação do exercício	17.647	(8.459)

43. Remuneração dos órgãos sociais:

As remunerações atribuídas aos membros dos Órgãos Sociais da empresa ascenderam a:

	31-12-02	31-12-01
Conselho de Administração	118.016	104.927
Conselho Fiscal	15.908	12.470

44. O Valor líquido das vendas e das prestações de serviços distribui-se como se segue:

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

MOVIMENTOS	VENDAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	TOTAL
Mercado Interno	7.220.413	-	7.220.413
Mercado Externo	429.321	-	429.321
Total	7.649.734	-	7.649.734

45. Demonstrações dos resultados financeiros como se segue:

RESULTADOS FINANCEIROS

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	2002	2001		2002	2001
681 Juros suportados	33.575	21.125	781 Juros obtidos	2.225	3.454
682 Perdas Empresas Associadas	270	27.765	782 Ganhos Empresas Associadas	-	-
684 Provisões para aplicações financeiras	199.793	-	784 Rendim. participação de capital	82.581	14.165
685 Diferenças de câmbio desfavoráveis	816	698	785 Diferenças de câmbio favoráveis	100	25.321
686 Desconto de pronto pagamento concedidos	771	755	786 Descontos de pronto pagamento obtidos	11.801	7.861
687 Perdas em aplicações de tesouraria	21.799	88.970	787 Ganhos em aplicações de tesouraria	23.106	112.331
688 Outros custos e perdas financeiras	40.561	24.794	788 Outros prov. e ganhos financeiros	19	3
Resultados financeiros	(177.753)	(972)			
Total	119.832	163.135	Total	119.832	163.135



46. Demonstrações dos resultados extraordinários como se segue:

RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	2002	2001		2002	2001
691 Donativos	15.150	11.289	791 Restituição de impostos	-	-
692 Dívidas incobráveis	27.331	61.577	792 Recuperação de dívidas	-	-
693 Perdas em existências	-	32.064	793 Ganhos em existências	50.967	53.198
694 Perdas em imobilizações	45		794 Ganhos em imobilizações	2.250	346.519
695 Multas e penalidades	57	3.053	795 Benefícios de penalidades contratuais	-	-
696 Aumento de amortizações	1.748	122.441	796 Reduções de amort. e provisões	924	35.534
697 Correções rel. a exercícios anteriores	5.572	7.564	797 Correções rel. a exercícios anteriores	295	96.326
698 Outros custos e perdas extraordinárias	3.780	7.477	798 Outros prov. e ganhos extraordinários	20.635	2.736
Resultados extraordinários	21.388	288.848			
Total	75.071	534.313	Total	75.071	534.313

47. Nada a referir.

48. Nada a referir.

Vale de Figueira, 07 de Março de 2003

A Técnica Oficial de Contas nº 15630

O Conselho de Administração

Carla Baptista

Eng. João Manuel C. Martins Cabral
Vogal

Eng. Klaus Safeeld
Presidente

Eng. Nuno Lourenço Pinheiro
Vogal

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2002	2001
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de Clientes	8.830.655	9.124.605
Pagamento a fornecedores	(4.347.344)	(5.021.208)
Pagamentos ao pessoal	(1.970.042)	(1.785.815)
Fluxo gerado pelas operações	2.513.269	2.317.582
Pag./Receb. do imposto s/ rendimento	(263.403)	(231.856)
Outros receb./pagam. relat.à activ.oper.	(1.862.631)	(2.293.383)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	387.236	(207.656)
Receb. relacionados com rubricas extraordinárias	13.754	351.383
Pagam. relacionados com rubricas extraordinárias	(145.703)	(357.512)
Fluxos das actividades operacionais [1]	255.287	(213.785)
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	230.100	703.565
Imobilizações corpóreas	2.250	1.139.838
Imobilizações incorpóreas		49.880
Juros e proveitos similares	170	1.663
Outros não específicos	4.011	74.820
Subtotal	236.531	1.969.765
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	(605.412)	(699.643)
Imobilizações corpóreas	(107.622)	(951.078)
Subsídios de investimento		(63.838)
Outros não específicos	(15.000)	(27.434)
Subtotal	(728.033)	(1.741.992)
Fluxos das actividades de investimento [2]	(491.502)	227.773
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento provenientes de:		
Empréstimos obtidos	159.688	269.351
Outros não específicos		
Subtotal	159.688	269.351
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(352.874)	(128.140)
Juros e custos similares	(72.737)	(29.715)
Aquisição de acções (quotas) próprias		(5.199)
Outros não específicos		(20.702)
Subtotal	(425.611)	(183.756)
Fluxos das actividades de financiamento [3]	(265.923)	85.595
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	(502.139)	99.583
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	102.123	2.541
Caixa e seus equivalentes no fim do período	(400.015)	102.124

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2002	2001
Numerário	766	5.297
Depósitos à ordem	50.247	96.827
Descobertos bancários	(451.028)	
Disponibilidades	(400.015)	102.124



BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002

CÓDIGO DE CONTAS			2002			2001
CE (1)	POC		ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES ACUMULADAS	ACTIVO LÍQUIDO	ACTIVO LÍQUIDO
C		ACTIVO				
I		IMOBILIZADO				
1	431	Imobilizações incorpóreas				
1	432	Despesas de instalação	67.306	67.306	-	-
2	433	Despesas de investigação e desenvolvimento	61.976	61.976	-	-
3	434	Propriedade industrial e outros direitos	30.703	30.703	-	-
		Trespases	2.993	-	2.993	2.993
		Subtotal	162.978	159.985	2.993	2.993
II		Imobilizações corpóreas				
1	421	Terrenos e recursos naturais	112.031	-	112.031	112.031
1	422	Edifícios e outras construções	1.753.286	1.106.070	647.216	715.155
2	423	Equipamento básico	9.859.330	8.746.485	1.112.845	1.223.331
2	424	Equipamento de transporte	463.414	408.318	55.096	50.711
3	425	Ferramentas e utensílios	124.969	88.243	36.726	37.311
3	426	Equipamento administrativo	537.864	387.885	149.979	157.435
3	427	Taras e vasilhame	5.457	5.405	52	521
3	429	Outras imobilizações corpóreas	163.966	163.966	-	40.930
4	441/6	Imobilizações em curso	-	-	-	32.804
		Subtotal	13.020.317	10.906.372	2.113.945	2.370.229
III		Investimentos financeiros				
5	4113+414+415	Títulos e outras aplicações financeiras	8.209	-	8.209	8.209
		Subtotal	8.209	-	8.209	8.209
D		CIRCULANTE				
I		Existências				
1	36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	716.891	-	716.891	671.012
2	35	Produtos e trabalhos em curso	145.961	-	145.961	154.420
3	33	Produtos acabados e intermédios	93.609	-	93.609	75.962
3	32	Mercadorias	76.865	-	76.865	76.267
		Subtotal	1.033.326	-	1.033.326	977.661
II		Dívidas de terceiros - curto prazo (b)				
1	211	Clientes, c/c	1.956.372	167.367	1.789.005	2.030.599
1	212	Clientes, títulos a receber	4.737	-	4.737	-
1	218	Clientes cobrança duvidosa	307.844	305.283	2.561	7.037
3	253+254	Empresas do grupo	-	-	-	-
4	24	Estado e outros entes públicos	3.660	-	3.660	7.317
4	262+/6+/7+/8+/221	Outros devedores	90.516	-	90.516	5.425
		Subtotal	2.363.129	472.650	1.890.479	2.050.378
III		Títulos negociáveis				
3	1513+1523+153/9	Outros títulos negociáveis	1.320.393	199.793	1.120.600	861.192
		Subtotal	1.320.393		1.120.600	861.192
IV		Depósitos bancários e caixa				
	12+13+14	Depósitos bancários	50.786	-	50.786	123.042
	11	Caixa	874	-	874	15.381
		Subtotal	51.660		51.660	138.423
E		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
	271	Acréscimos de proveitos	24.386	-	24.386	20.795
	272	Custos diferidos	17.414	-	17.414	15.523
			41.800	-	41.800	36.318
		Total de amortizações		11.066.357		
		Total de provisões		472.650		
		Total do Activo	18.001.812	11.539.007	6.263.012	6.445.403

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 (CONTINUAÇÃO)

CÓDIGO DE CONTAS			EXERCÍCIOS	
CE (1)	POC		2002	2001
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
A		CAPITAL PRÓPRIO		
I	51	Capital	2.500.000	2.500.000
	52	Acções próprias		
	521	Valor nominal	(60.505)	(60.505)
	522	Prémios e descontos	11.932	11.932
III	55	Ajustamento de partes de capital em filiadas e assoc.	-	-
	56	Reservas de reavaliação	166.742	848.583
IV	57	Reservas:		
1/2	571	Reservas legais	236.956	236.956
4	574	Reservas livres	1.363.343	1.363.343
4	579	Reservas especiais	134.087	134.087
V	59	Resultados Transitados	(1.030.070)	(1.941.184)
		Subtotal	3.322.485	3.093.212
VI	88	Resultado líquido do exercício	(518.085)	257.858
		Total do capital próprio	2.804.400	3.351.070
		Interesses minoritários	-	47.346
		PASSIVO		
B		Provisões para riscos e encargos		
3	293/8	Outras provisões para riscos e encargos	-	-
			-	-
C		DÍVIDAS A TERCEIROS - Médio e longo prazo		
2	231+12	Dívidas a instituições de crédito	-	-
8	239	Outros empréstimos obtidos	-	-
			-	-
C		DÍVIDAS A TERCEIROS - Curto prazo		
1	231+12	Dívidas a instituições de crédito	780.067	269.351
4	221	Fornecedores, c/c	1.348.295	1.389.941
8	251+255	Outros accionistas (sócios)	8.290	40.712
8	2611	Fornecedores de Imobilizado, c/c	683.572	650.513
8	24	Estado e outros entes públicos	188.011	228.362
8	262+263+264	Outros credores	14.312	10.104
			3.022.547	2.588.983
D		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
	273	Acréscimos de custos	286.380	290.120
	274	Proveitos diferidos	124.328	167.884
	276	Impostos diferidos passivos	25.357	-
			436.065	458.004
		Total do passivo	3.458.612	3.046.987
		Total do capital próprio e do passivo	6.263.012	6.445.403



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS POR NATUREZA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002

CÓDIGO DE CONTAS			EXERCÍCIO			
CE (1)	POC		2002		2001	
A						
CUSTOS E PERDAS						
2. a)	61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas :				
		Mercadorias	619.286		592.492	
		Matérias	3.468.546	4.087.832	3.792.391	4.384.883
2. b)	62	Fornecimentos e serviços externos		1.028.695		1.196.420
3		Custos com o pessoal :				
3. a)	641 + 642	Remunerações	1.828.715		1.757.537	
3. b)		Encargos Sociais :				
	643 + 644	Pensões				
	645 / 8 / 9	Outros	475.073	2.303.788	461.281	2.218.818
4. a)	66	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	602.186		574.444	
4. b)	67	Provisões	6.990	609.176	30.157	604.601
5	63	Impostos	9.000		8.084	
5	65	Outros custos e perdas operacionais	3.001	12.001	6.455	14.539
		(A)		8.041.492		8.419.261
6	682	Perdas em empresas do grupo e associadas	270		798	
6	683 + 684	Amort. e provisões de aplicações e investimentos financeiros	199.534			
7	(2)	Juros e custos similares :				
		Relativos a empresas do grupo				
		Outros	97.523	297.327	156.008	156.806
		(C)		8.338.819		8.576.067
10	69	Custos e perdas extraordinários		51.936		123.025
		(E)		8.390.755		8.699.092
8 + 11	86	Imposto sobre o rendimento do exercício		3.821		3.827
		(G)		8.394.576		8.702.919
13	88	Resultado líquido do exercício		(518.085)		257.858
				7.876.491		8.960.777
B						
PROVEITOS E GANHOS						
1	71	Vendas :				
		Mercadorias	851.256		924.608	
		Produtos	6.798.478		7.604.211	
1	72	Prestações de serviços		7.649.734	-	8.528.819
2	(3)	Variação da produção	9.188		(312.112)	
3	75	Trabalhos para a própria empresa				
4	73	Proveitos suplementares			14.216	
4	74	Subsídios à exploração			20.644	
4	76	Outros proveitos e ganhos operacionais		9.188		(277.252)
		(B)		7.658.922		8.251.567
5	782	Ganhos em empresas do grupo e associadas	22.665			
6	(4)	Rendimentos de títulos negociáveis e de outras apl financeiras :				
		Relativos a empresas do grupo				
		Outros	82.581		14.165	
7	(5)	Outros juros e proveitos similares :				
		Relativos a empresas do grupo				
		Outros	37.252	142.498	148.987	163.152
		(D)		7.801.420		8.414.719
9	79	Proveitos e ganhos extraordinários		75.071		546.058
		(F)		7.876.491		8.960.777
Resumo						
Resultados operacionais : (B) - (A) =				(382.570)		(167.694)
Resultados financeiros : (D-B) - (C-A) =				(154.829)		6.346
Resultados correntes : (D) - (C) =				(537.399)		(161.348)
Resultados Antes de impostos : (F) - (E) =				(514.264)		261.685
Resultados do exercício : (F) - (G) =				(518.085)		257.858

(1) Em conformidade com o art.º 24º da 4ª Directiva da CE.

(2) 681 + 685 + 686 + 687 + 688

(3) Diferença algébrica entre as existências finais e iniciais de «Produtos acabados e intermédios» (C/33), «Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos» (C/34) e «Produtos e trabalhos em curso» (C/35), tomando ainda em consideração o movimento registado em «Regularizações de existências» (C/34)

(4) 7812 + 7815 + 7816 + 783+784

(5) 7811 + 7813 + 7814 + 785 + 786 + 787 + 788

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

	2002	2001
Vendas e prestações de serviços	7.649.734	8.528.819
Custo das vendas e das prestações de serviços	(4.087.832)	(4.384.883)
Resultados brutos	3.561.902	4.143.936
Outros proveitos e ganhos operacionais		
Custos de distribuição	(886.016)	(905.364)
Custos administrativos	(703.804)	(832.755)
Outros custos e perdas operacionais	(2.356.642)	(2.445.607)
Resultados operacionais	(384.560)	(39.790)
Custo líquido do financiamento		
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	(270)	-
Ganhos (perdas) em outros investimentos	(139.281)	16.136
Ganhos (perdas) em imobilizações	2.205	277.685
Resultados correntes	(521.906)	254.031
Imposto sobre os resultados correntes	3.821	3.827
Resultados correntes após impostos	(518.085)	257.858
Resultados extraordinários		
Imposto sobre os resultados extraordinários		
Resultados líquidos	(518.085)	257.858
Resultados por acção	(1,0)	0,5



Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2002

(Montantes expressos em Euros)

INTRODUÇÃO

A Litho Formas Portuguesa – Impressos Contínuos e Múltiplos, S.A., empresa consolidante, foi constituída em 5 de Dezembro de 1966, tendo como actividade principal a concepção, produção e comercialização de todo o tipo de formulários comerciais.

A Litho Formas & Dresher – Impressos em Contínuo, Lda. foi constituída em 3 de Março de 1989, tendo como objecto a fabricação e comercialização de produtos de papel para utilização em equipamento informático, assim como acessórios para computadores. Presentemente esta empresa encontra-se inactiva.

A Litho Formas – Comércio de Equipamentos, Lda. foi constituída em 13 de Agosto de 1986, tendo como objecto a comercialização de equipamentos para escritório e informática e formulários. Esta empresa foi objecto de liquidação no corrente exercício, reflectindo as demonstrações financeiras os efeitos daí decorrentes.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 foram preparadas em todos os seus aspectos materiais, em conformidade com o Plano Oficial de Contabilidade (POC).

I INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO E A OUTRAS

1 Empresas incluídas na consolidação

Litho Formas & Dresher – Impressos em Contínuo, Lda.

Sede: Rua D. Nunes Álvares Pereira, Vale de Figueira, Loures

Capital detido: 99,93 %

Condições para consolidação: alínea a) do n.º 1º do art.º 1º do Decreto-Lei n.º 238/91 de 2 de Julho

2 Empresas excluídas da consolidação

Litho Formas – Comércio de Equipamentos, Lda.

Sede: Av. Defensores de Chaves, n.º 16 - A, Lisboa

Capital detido: 80%

A empresa Litho Formas – Comércio de Equipamentos, Lda., foi liquidada no corrente exercício. A 31 de Dezembro de 2001 esta empresa era detida em 80% pela Litho Formas Portuguesa – Impressos Contínuos e Múltiplos, S.A. e apresentava um capital próprio de 236.730 euros.

7 Número médio de trabalhadores ao serviço, durante o exercício, das empresas incluídas na consolidação

O número médio de empregados ao serviço da Litho Formas, foi o seguinte:

	31-12-02	31-12-01
Pessoal dirigente	3	3
Pessoal administrativo	12	12
Pessoal comercial	27	30
Pessoal fabril	86	82
	<u>128</u>	<u>127</u>

A Litho Formas & Dresher – Impressos em Contínuo, Lda. não tem trabalhadores ao seu serviço.

III INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

10 Diferenças de consolidação

A diferença de consolidação decorrente da diferença em 31 de Dezembro de 2001, entre o valor contabilístico das partes de capital e o valor da proporção do capital próprio que elas representam, é registada como segue:

- se esta diferença for positiva é reconhecida como um incorpóreo;

- se for negativa é reconhecida como um proveito diferido, conforme as normas da contabilidade nacional. As amortizações/reconhecimento destas diferenças ocorrem num período estimado de vida útil de 5 anos.

As demonstrações financeiras consolidadas reflectem os activos, passivos e resultados da Litho Formas Portuguesa – Impressos Contínuos e Múltiplos, S.A. e da sua subsidiária.

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM SUBSIDIÁRIAS

As participações financeiras em empresas subsidiárias que representam 50% ou a maioria do capital ou direitos de voto e em que o Grupo exerce o controlo, são consolidadas pelo método integral. Os saldos e transacções significativas existentes entre empresas do Grupo são eliminados.

INTERESSES MINORITÁRIOS

Os interesses minoritários correspondem à parte proporcional de terceiros nos capitais próprios e nos resultados líquidos do exercício. Quando negativos, estes interesses são adicionados aos capitais próprios do Grupo.

Com a liquidação da Litho Formas – Comércio de Equipamentos, Lda deixaram de existir interesses minoritários no Grupo.

IV INFORMAÇÕES RELATIVAS A COMPROMISSOS

22 Contingências com:

	31-12-02	31-12-01
Garantias prestadas	<u>14.758</u>	<u>15.338</u>

As garantias prestadas referem-se essencialmente a boa execução de encomendas.

V INFORMAÇÕES RELATIVAS A POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

23 Critérios valorimétricos utilizados:

As contas consolidadas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal e, portanto, de acordo com os princípios contabilísticos e normas de consolidação consignados no Plano Oficial de Contabilidade.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas estão valorizadas ao custo de aquisição.

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 1992 encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com os Decreto-Lei n.º 118-B/86, 111/88, 49/91 e n.º 264/92. As adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações e reintegrações são calculadas pelo método das quotas degressivas, para os bens mais antigos. Para os bens mais recentes o método utilizado é o das quotas constantes. Os bens adquiridos até 1989 são amortizados às taxas genéricas máximas permitidas pela Portaria 737/81, enquanto os bens adquiridos após esta data são amortizados às taxas máximas permitidas pelo Decreto Regulamentar 2/90. Estas taxas correspondem aproximadamente à vida útil estimada das imobilizações.

	Vida útil Anos
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	5 – 10
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4 – 8
Equipamento administrativo	4 – 10
Outras imobilizações corpóreas	3 – 10



Os encargos com reparações de carácter recorrente dos bens do activo imobilizado corpóreo são registados como custos dos exercícios em que são incorridos. Os activos imobilizados adquiridos mediante contrato de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo e a correspondente responsabilidade registada no passivo. Os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme acima referido, são registados como custos na demonstração de resultados do período a que respeitam.

c) Investimentos financeiros

Os títulos e outras aplicações financeiras estão expressos pelos valores do custo histórico.

d) Existências

As existências de matérias primas, subsidiárias e de consumo estão valorizadas ao custo médio de aquisição.

Em 2001 a empresa alterou o critério de valorização dos Produtos e trabalhos em curso, passando também a incluir nessa valorização o custo estimado da mão de obra directa. Os produtos acabados estão valorizados ao custo de produção que inclui matérias primas, mão de obra e gastos gerais de fabrico.

e) Dívidas de terceiros

A Empresa provisiona as dívidas de terceiros utilizando critérios de razoabilidade económica, os quais são mais rigorosos que os critérios fiscais actualmente em vigor.

f) Acréscimos e diferimentos

A Empresa regista nestas rubricas as despesas e receitas de exercícios futuros e que imputa como custos e proveitos aos resultados dos exercícios pelo valor que lhes corresponde com base no princípio da especialização dos exercícios, compreendendo essencialmente:

- subsídios recebidos (ver (g) seguinte);
- remunerações e respectivos encargos devidos ao Pessoal pelas férias vencidas no final de cada exercício;
- periodificação de encargos financeiros, com seguros e com rendas de instalações produtivas.

g) Subsídios recebidos para financiamento de imobilizações corpóreas

Os subsídios recebidos do Governo a fundo perdido para financiamento de imobilizações corpóreas são registados como proveitos diferidos e reconhecidos em resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

h) Impostos diferidos

Ver nota 50.2.

i) Reserva de Reavaliação

Ver nota 50.1.

24 Transacções em moeda estrangeira:

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes a 31 de Dezembro de 2002.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor nas datas das transacções e as vigentes nas datas das cobranças e pagamentos, ou à data do balanço, são registadas como proveitos ou custos na demonstração dos resultados do exercício.

VI INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RUBRICAS

27 Movimentos no activo imobilizado:

Durante o exercício, os movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respectivas amortizações e provisões, foram os seguintes:

ACTIVO BRUTO

Rubricas	Saldo Inicial	Reforços Aquisições	Reduções Alienações	Transf. Abates	Saldo Final
Imobilizações incorpóreas					
Despesas de Instalação	67.306	-	-	-	67.306
Despesas Invest. Desenvolvimento	61.976	-	-	-	61.976
Propriedade industrial e Outras	30.703	-	-	-	30.703
Trespases	2.993	-	-	-	2.993
	<u>162.978</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>162.978</u>
Imobilizações corpóreas					
Terrenos e recursos naturais	112.031	-	-	-	112.031
Edifícios e outras construções	1.753.286	-	-	-	1.753.286
Equipamento básico	9.579.509	265.061	-	14.760	9.859.330
Equipamento de transporte	433.623	43.757	(13.966)	-	463.414
Ferramentas e utensílios	124.552	417	-	-	124.969
Equipamento administrativo	489.023	12.837	(5.870)	41.874	537.864
Taras e Vasilhames	5.457	-	-	-	5.457
Outras imobilizações corpóreas	163.966	-	-	-	163.966
Imobilizações em curso corpóreas	32.804	23.830	-	(56.634)	-
	<u>12.694.251</u>	<u>345.902</u>	<u>(19.836)</u>	<u>-</u>	<u>13.020.317</u>
Investimentos financeiros					
Títulos e outras aplic. financ.	14.438	-	-	(6.229)	8.209
	<u>14.438</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6.229)</u>	<u>8.209</u>

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS

Rubricas	Saldo Inicial	Reforços	Transf./Abates Regularizações	Saldo Final
Imobilizações incorpóreas				
Despesas de Instalação	67.306	-	-	67.306
Despesas Invest. Desenvolvimento	61.976	-	-	61.976
Propriedade industrial e Outras	30.703	-	-	30.703
	<u>159.985</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>159.985</u>
Imobilizações corpóreas				
Edifícios e outras construções	1.038.131	67.939	-	1.106.070
Equipamento básico	8.356.178	390.307	-	8.746.485
Equipamento de transporte	382.912	39.372	(13.966)	408.318
Ferramentas e utensílios	87.241	1.002	-	88.243
Equipamento administrativo	331.588	62.167	(5.870)	387.885
Taras e Vasilhames	4.936	469	-	5.405
Outras imobilizações corpóreas	123.036	40.930	-	163.966
	<u>10.324.022</u>	<u>602.186</u>	<u>(19.836)</u>	<u>10.906.372</u>
Investimentos financeiros				
Títulos e outras aplicações financeiras	6.229	-	(6.229)	-
	<u>6.229</u>	<u>-</u>	<u>(6.229)</u>	<u>-</u>



36 Vendas e Prestações de serviços:

As vendas e prestações de serviços da Litho Formas são detalhadas da seguinte forma:

	Vendas	Prestação de serviços	Total
Mercado interno	7.220.413	-	7.220.413
Mercado Externo	429.321	-	429.321
Total	<u>7.649.734</u>	<u>-</u>	<u>7.649.734</u>

39 Remuneração dos órgãos sociais:

As remunerações atribuídas aos membros dos Órgãos Sociais da Litho Formas Portuguesa ascenderam a:

	31-12-02	31-12-01
Conselho de Administração		
Conselho Fiscal	118.016	104.927
	15.908	12.470

41 Diplomas legais utilizados nas reavaliações:

As reavaliações foram efectuadas com base nos decreto-lei n.º 118-B/86, n.º 111/88, n.º 49/91 e n.º 264/92.

42 Reavaliações de imobilizações corpóreas:

O detalhe dos custos históricos de aquisição e correspondentes valores da reavaliação das imobilizações corpóreas constantes no activo da Litho Formas é o seguinte:

	Custos históricos (a)	Reavaliações (a) (b)	Valores Contabilísticos reavaliados (a)
Imobilizações corpóreas:			
Edifícios e outras construções	<u>344.722</u>	<u>192.099</u>	<u>536.820</u>
(a) - Líquidos de amortizações			
(b) - Englobam as sucessivas reavaliações			

Como resultado das reavaliações legais efectuadas (nota 41), as amortizações do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, foram aumentadas em 24.455 euros. Deste montante, 40% não é aceite como custo para efeitos da determinação da matéria colectável em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC). As amortizações de períodos futuros serão aumentadas em 192.099 euros em resultado das reavaliações efectuadas, dos quais 76.839 euros serão adicionados à matéria colectável pelo que o imposto diferido passivo calculado à taxa de imposto de 30% adicionado de 10% de derrama é de 25.357 euros.

A Litho Formas & Dresher – Impressos em Contínuo, Lda. tem o seu imobilizado completamente amortizado.

44 Demonstração consolidada dos resultados financeiros, como se segue:

	31-12-02	31-12-01
Proveitos e Ganhos		
781 - Juros obtidos	2.225	3.470
782 - Ganhos em empresas do Grupo	22.665	-
784 - Rendim. participação de capital	82.581	14.165
785 - Diferenças de câmbio favoráveis	100	25.321
786 - Descontos de pronto pagamento obtidos	11.801	7.861
787 - Ganhos em aplicações de tesouraria	23.106	112.332
788 - Outros prov. e ganhos financeiros	19	3
	<u>142.497</u>	<u>163.152</u>
Custos e perdas		
681 - Juros suportados	33.575	40.767
682 - Perdas em empresas do grupo e associados	270	798
684 - Provisão para aplicações financeiras	199.534	-
685 - Diferenças de câmbio desfavoráveis	816	698
686 - Desconto de pronto pagamento concedidos	771	755
687 - Perdas em aplicações de tesouraria	21.799	88.970
688 - Outros custos e perdas financeiras	<u>40.561</u>	<u>24.818</u>
	297.326	156.806
Resultado financeiro	(154.829)	6.346
	<u>142.497</u>	<u>163.152</u>

A rubrica Ganhos em empresas do Grupo a 31 de Dezembro de 2002 refere-se ao reconhecimento do valor residual das diferenças de consolidação apuradas em 31 de Dezembro de 2001 (nota 10). O comparativo a 31 de Dezembro de 2001, encontra-se registado na rubrica Outros proveitos e ganhos extraordinários.

45 Demonstração consolidada dos resultados extraordinários, como se segue:

	31-12-02	31-12-01
Proveitos e Ganhos		
793 - Ganhos em existências	50.967	53.198
794 - Ganhos em imobilizações	2.250	346.519
796 - Reduções de amort. e provisões	924	35.534
797 - Correções rel. a exercícios anteriores	295	85.402
798 - Outros prov. e ganhos extraordinários	20.635	25.405
	<u>75.071</u>	<u>546.058</u>
Custos e perdas		
691 - Donativos	15.150	11.289
692 - Dívidas incobráveis	27.332	61.578
693 - Perdas em existências	45	32.064
695 - Multas e penalidades	57	3.054
697 - Correções rel. a exercícios anteriores	5.572	7.564
698 - Outros custos e perdas extraordinárias	<u>3.780</u>	<u>7.476</u>
	51.936	123.025
Resultado extraordinário	23.135	423.033
	<u>75.071</u>	<u>546.058</u>

46 Movimentos nas provisões:

Durante o exercício de 2002 foram efectuados os seguintes movimentos nas provisões:

	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisão para cobranças duvidosas	299.217	6.990	(924)	305.283
Provisão para títulos e aplicações financeiras	-	199.793	-	199.793
	<u>299.217</u>	<u>206.783</u>	<u>(924)</u>	<u>505.076</u>

47 Locação financeira:

A 31 de Dezembro de 2002, a empresa tinha registado na rubrica de Fornecedores de imobilizado conta corrente um montante de 654.978 euros relativo à aquisição de duas máquinas de impressão em sistema de leasing financeiro (uma máquina rotativa de Offset e um "computer to plate" adquiridas respectivamente por 733.990 euros e 212.000 euros). As responsabilidades da Litho Formas como locatária, relativas a rendas vincendas a 1 ano e a mais de um ano é respectivamente de 229.578 euros e 425.400 euros.

48 Dívidas tituladas:

Em 31 de Dezembro de 2002, a responsabilidade com letras descontadas e não vencidas ascende a 131.810 euros.

50 Outras informações

50.1 Variação nas contas de capital próprio:

	31-Dez-01	Aumentos	Diminuições	Transferências	31-Dez-02
Capital	2.500.000	-	-	-	2.500.000
Acções Próprias - Valor nominal	(60.505)	-	-	-	(60.505)
Acções Próp. - Prémios descontos	11.932	-	-	-	11.932
Reservas de reavaliação	848.583	-	(28.585)	(653.256)	166.742
Reservas legais	236.956	-	-	-	236.956
Reservas livres	1.363.343	-	-	-	1.363.343
Reservas especiais	134.087	-	-	-	134.087
Resultados transitados	(1.941.184)	-	-	911.114	(1.030.070)
Resultado líquido do exercício	257.858	-	(518.085)	(257.858)	(518.085)
Total do capital próprio	<u>3.351.070</u>	<u>-</u>	<u>(546.670)</u>	<u>-</u>	<u>2.804.400</u>

A movimentação registada na rubrica de Reservas de reavaliação refere-se ao registo dos impostos diferidos passivos (ver nota 42 e 50.2) e ao cumprimento do disposto na directriz contabilística n.º 16.

50.2 Impostos:

As empresas do Grupo encontram-se sujeitas individualmente a IRC à taxa normal de 30%, que pode ser incrementada pela Derrama até à taxa máxima de 10%, resultando uma taxa de imposto agregada de 33%.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por partes das autoridades fiscais durante um período de quatro anos para os exercícios subsequentes a 1998 (sendo de seis anos no caso de serem utilizados prejuízos reportáveis) e dez anos no caso da Segurança Social (cinco anos a partir do ano de 2000, inclusive). Deste modo, as declarações fiscais da sociedade dos anos de 1997 a 2002, encontram-se sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002.

De acordo com a legislação fiscal portuguesa, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência

e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Desta forma, a 31 de Dezembro de 2002, a empresa tem aproximadamente 1.230.306 euros de prejuízos fiscais reportáveis, a que corresponde cerca de 406.000 euros de impostos diferidos activos.

O Grupo apresenta ainda nas suas contas, provisões não dedutíveis fiscalmente, no montante total de 272.349 euros, a que corresponde cerca de 89.875 euros de impostos diferidos activos.

Por outro lado, decorrente das reavaliações do imobilizado corpóreo efectuados (Nota 42) existem impostos diferidos passivos que se estimam em 25.357 euros.

A movimentação dos impostos diferidos podem ser observadas nos mapas abaixo:

1. Reconciliação do imposto do exercício e do imposto corrente

Descrição	Total		Operações na Dem. Result		Movimentação Rubricas Capital Próprio			
					Reavaliação		Outras	
	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001
I - Imposto do exercício	7.048	-	7.048	-	-	-	-	-
II - Gastos (proveitos) de impostos do exercício reconhecidos neste exercício e anteriormente reconhecidos como impostos diferidos provenientes de:								
	-	-	-	-	-	-	-	-
III - Gastos (proveitos) de impostos não reconhecidos anteriormente como impostos diferidos provenientes								
1. Imposto diferido relativo à realização da reserva de reavaliação	(3.228)		(3.228)					
	(3.228)	-	(3.228)	-	-	-	-	-
IV - Imposto diferido (II+/-III)	(3.228)	-	(3.228)	-	-	-	-	-
V - Imposto corrente (I+/-IV)	3.820	-	3.820	-	-	-	-	-

2. Decomposição dos Activos e Passivos por impostos diferidos por tipo de diferença à data do Balanço

Descrição	Total		Operações na Dem. Result		Movimentação Rubricas Capital Próprio			
					Reavaliação		Outras	
	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001
Diferenças Temporárias que originaram Activos por impostos diferidos								
Provisões não aceites fiscalmente	-	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-
Total I	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças temporárias que originaram Passivos por impostos diferidos								
40% da Reserva de Reavaliação de activos imobilizados	86.622	-	9.783	-	76.839	-	-	-
Total II	86.622	-	9.783	-	76.839	-	-	-
Valores reflectidos no balanço								
Activos por impostos diferidos (Total I x 33%)	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos por impostos diferidos (Total II x 33%)	28.585	-	3.228	-	25.357	-	-	-

Apesar de ter apresentado resultados fiscais positivos em 2000, 2001 e 1.º semestre de 2002, em virtude da deterioração da conjuntura económica internacional e nacional e dos investimentos entretanto efectuados, a Litho Formas não consegue estimar com razoável segurança a possibilidade de utilizar os prejuízos fiscais disponíveis.



Assim, a Litho Formas decidiu não reconhecer qualquer imposto diferido activo relacionado com as seguintes diferenças temporárias:

	31-12-02	31-12-01
Provisões não aceites fiscalmente		
Para outros riscos e encargos		
- empresas participadas	227.075	225.327
Para Investimentos financeiros	72.556	72.556
Para aplicações financeiras	199.793	-
Total de provisões	499.424	297.883
Prejuízos fiscais:		
de 1996 a utilizar até 2002	-	121.328
de 1997 a utilizar até 2003	285.223	285.223
de 1998 a utilizar até 2004	515.867	515.867
de 1999 a utilizar até 2005	135.211	135.211
de 2002 a utilizar até 2008	294.005	-
Total de prejuízos fiscais	<u>1.230.306</u>	<u>1.057.629</u>

A partir do momento em que seja possível determinar com alguma segurança a probabilidade de recuperação destes prejuízos fiscais, os subjacentes impostos diferidos activos serão contabilizados.

A Técnica Oficial de Contas nº 15630

O Conselho de Administração

Carla Baptista

Eng. João Manuel C. Martins Cabral
Vogal

Eng. Klaus Safeeld
Presidente

Eng. Nuno Lourenço Pinheiro
Vogal

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2002	2001
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de Clientes	8.795.024,00	9.124.605,00
Pagamento a fornecedores	(4.347.344,00)	(5.021.761,00)
Pagamentos ao pessoal	(1.970.042,00)	(1.822.416,00)
Fluxo gerado pelas operações	2.477.638,00	2.280.428,00
Pag./Receb. do imposto s/ rendimento	(263.403,00)	(231.856,00)
Outros receb./pagam. relat.à activ.oper.	(1.862.631,00)	(2.374.635,00)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	351.604,00	(326.063,00)
Receb. relacionados com rubricas extraordinárias	13.754,00	339.486,00
Pagam. relacionados com rubricas extraordinárias	(145.703,00)	(235.071,00)
Fluxos das actividades operacionais [1]	219.655,00	(221.648,00)
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	230.100,00	703.565,00
Imobilizações corpóreas	2.250,00	1.139.838,00
Imobilizações incorpóreas	-	49.880,00
Juros e proveitos similares	170,00	1.663,00
Outros não específicos	4.011,00	-
Subtotal	236.531,00	1.894.946,00
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	(605.412,00)	(699.643,00)
Imobilizações corpóreas	(107.622,00)	(951.078,00)
Subsídios de investimento	-	(63.838,00)
Outros não específicos	(15.000,00)	(466,00)
Subtotal	(728.034,00)	(1.715.025,00)
Fluxos das actividades de investimento [2]	(491.503,00)	179.921,00
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento provenientes de:		
Empréstimos obtidos	159.668,00	269.351,00
Outros não específicos	-	991,00
Subtotal	159.668,00	270.342,00
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(352.874,00)	(128.140,00)
Juros e custos similares	(72.737,00)	(49.380,00)
Aquisição de acções (quotas) próprias	-	(5.199,00)
Outros não específicos	-	(20.702,00)
Subtotal	(425.611,00)	(203.421,00)
Fluxos das actividades de financiamento [3]	(265.943,00)	66.921,00
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	(537.791,00)	25.194,00
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	138.422,00	113.228,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	(399.369,00)	138.422,00

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2002	2001
Numerário	873	15.380
Depósitos à ordem	50.786	123.042
Descobertos bancários	(451.028)	
Disponibilidades	(399.369)	138.422



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2002

Exmos. Senhores Accionistas da
Litho Formas Portuguesa - Impressos Contínuos e Múltiplos, S.A.

Durante o exercício acompanhámos, nos termos legais e estatutários, a evolução da actividade da Litho Formas Portuguesa - Impressos Contínuos e Múltiplos, S.A., tendo trimestralmente tomado conhecimento dos principais actos de gestão da Administração da Sociedade e correspondentes resultados, e ainda, em base de amostragem, dos registos contabilísticos e correspondentes documentos de suporte.

Da Administração e seus representantes obtivemos ao longo do ano as informações subjacentes às contas trimestrais.

Como trabalho de fim de ano, procedemos à análise das demonstrações financeiras individuais do exercício, reportadas a 31 de Dezembro de 2002, incluindo o Balanço e respectivo Anexo, e as Demonstrações de Resultados (por naturezas e funções) e de Fluxos de Caixa. Tomámos igualmente conhecimento das práticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados pela Sociedade, conforme indicados na nota 3 do aludido Anexo, que estão de acordo com os subjacentes ao Plano Oficial de Contas. Nesta oportunidade manifestamos a nossa concordância a tais práticas e critérios.

Apreciámos o Relatório Anual sobre a Fiscalização Efectuada, relativo às contas individuais, elaborado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, e tomámos conhecimento da sua Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Individuais de 2002, cujo conteúdo damos aqui por reproduzido, e ao qual damos a nossa concordância.

Analisámos ainda as demonstrações financeiras consolidadas reportadas a 31 de Dezembro de 2002, e realizadas neste exercício pela segunda vez, e incluindo o Balanço Consolidado e respectivo Anexo, e as Demonstrações de Resultados Consolidados, por naturezas e por funções e de Fluxos Consolidados de Caixa do exercício.

Apreciámos o Relatório Anual sobre a Fiscalização Efectuada relativo às Contas Consolidadas, elaborado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, bem como a sua Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas de 2002, cujo conteúdo damos aqui por reproduzido, e com o qual concordámos.

Analisámos ainda o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o qual esclarece suficientemente da actividade da Sociedade e dos condicionalismos derivados da conjuntura económica, sentidos neste exercício, principalmente no segundo semestre.

Em conformidade com o exposto, somos de parecer que os documentos de apresentação de contas acima referidos, lidos em conjunto, proporcionam um bom entendimento da posição financeira em 31 de Dezembro de 2002 da Litho Formas Portuguesa - Impressos Contínuos e Múltiplos, S.A. podendo a Assembleia Geral da Sociedade aprovar:

- a) o Relatório de Gestão e as Contas Individuais da Sociedade em 31 de Dezembro de 2002;
- b) a proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão; e
- c) as Demonstrações financeiras consolidadas de 2002 da Empresa.

Nesta oportunidade expressamos o nosso apreço ao Conselho de Administração pelo esforço e dedicação demonstrados.

14 de Março de 2003

O Conselho Fiscal

Figueiredo, Neves, & Associado, SROC (Presidente)
(inscrita na CMVM sob o n.º 313)
representada por
Paulo Guilherme Quartim Figueiredo da Silva (ROC n.º 601)

Colette M. L. A. Schmitz (Vogal)

Wolfgang Kemper (Vogal)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS INDIVIDUAIS DE 2002

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras individuais anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, da Litho Formas Portuguesa, Impressos Contínuos e Múltiplos, S.A, as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2002 (que evidencia um total de 6.490.087 euros e um total de capital próprio de 2.872.399 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 541.009 euros, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo ao Balanço e Demonstrações de Resultados.
2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Litho Formas Portuguesa, Impressos Contínuos e Múltiplos, S.A.:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados; e
 - f) a informação financeira prospectiva, que seja elaborada e apresentada com base em pressupostos e critérios adequados e coerentes e suportada por um sistema de informação apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

AMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação:
 - a) da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas individuais; e
 - b) das previsões constantes do Relatório de Gestão com o objectivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência, tendo em conta o comentário incluído como Ênfase.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da LITHO FORMAS PORTUGUESA - IMPRESSOS CONTINUOS E MULTIPLOS, S.A. em 31 de Dezembro de



2002, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

8. Baseados no nosso exame dos suportes dos pressupostos das previsões constantes do Relatório de Gestão, estamos em crer que é discutível a medida em que os correspondentes pressupostos implícitos podem proporcionar uma base aceitável para tais previsões. Acrescentamos que a informação financeira histórica contida nos documentos de prestação das contas revela uma tendência contrária à das previsões da Administração.
9. Devemos contudo advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada. Efectivamente pode acontecer que os resultados reais possam vir a ser diferentes dos previstos e que as variações, positivas ou negativas, possam ser materialmente relevantes.

ÊNFASE

10. Chamamos ainda atenção para o aspecto seguinte:

A Empresa adoptou em 2002 a contabilização dos impostos diferidos, através da adopção da Directriz Contabilística 28 da Comissão de Normalização Contabilística, tal como indicado na Nota 3. f) do Anexo, não se justificando já a reserva incluída no nosso relatório de auditoria sobre as contas individuais de 31 de Dezembro de 2001.

Lisboa, 14 de Março de 2003

Figueiredo, Neves, & Associado, SROC (Presidente)
(inscrita na CMVM sob o n.º 313)
representada por
Paulo Guilherme Quartim Figueiredo da Silva (ROC n.º 601)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS DE 2002

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, da Litho Formas Portuguesa, Impressos Contínuos e Múltiplos, S.A, as quais compreendem: o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002 (que evidencia um total de 6.263.012 euros e um total de capital próprio de 2.804.400 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 518.085 euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo ao Balanço e Demonstrações de Resultados.
2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Litho Formas Portuguesa, Impressos Contínuos e Múltiplos, S.A.:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados; e
 - f) a informação financeira prospectiva, que seja elaborada e apresentada com base em pressupostos e critérios adequados e coerentes e suportada por um sistema de informação apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

AMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião sobre as demonstrações financeiras examinadas.

OPINIÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos



materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da LITHO FORMAS PORTUGUESA - IMPRESSOS CONTÍNUOS E MULTIPLOS, S.A. em 31 de Dezembro de 2002, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

8. Baseados no nosso exame dos suportes dos pressupostos das previsões constantes do Relatório de Gestão, estamos em crer que é discutível a medida em que os correspondentes pressupostos implícitos podem proporcionar uma base aceitável para tais previsões. Acrescentamos que a informação financeira histórica contida nos documentos de prestação das contas consolidadas revela uma tendência contrária à das previsões da Administração.
9. Devemos contudo advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada. Efectivamente pode acontecer que os resultados reais possam vir a ser diferentes dos previstos e que as variações, positivas ou negativas, possam ser materialmente relevantes.

ENFASE

10. Chamamos ainda a atenção para o aspecto seguinte:

A Empresa consolidante adoptou em 2002 a contabilização dos impostos diferidos, através da adopção da Directriz Contabilística 28 da Comissão de Normalização Contabilística, não se justificando já a reserva incluída no nosso relatório de auditoria sobre as contas consolidadas de 31 de Dezembro de 2001.

Lisboa, 14 de Março de 2003

Figueiredo, Neves, & Associado, SROC (Presidente)
(inscrita na CMVM sob o n.º 313)
representada por
Paulo Guilherme Quartim Figueiredo da Silva (ROC n.º 601)

ANEXO NOS TERMOS DO Nº 5 DO ARTIGO Nº 447 C.S.C.

Lista dos membros do Conselho de Administração titulares de acções:

Klaus Saalfeld	132.600
João Manuel Martins Cabral	5.000
Nuno Guilherme Lourenço Pinheiro	1.500

Artigo 20º do Cód.VM:

Klaus Saalfeld	132.600	27%
Julia Suzanne Katherina Saalfeld	100.000	20%
Luís Filipe Ramos Gonçalves Pereira	52.500	11%
Raquel de Castro Roque Lourenço Pinheiro	50.000	10%

COMPOSIÇÃO DOS ORGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL:

Presidente: Dr. Carlos Botelho Moniz

Secretária: Carla Sofia Baptista

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Presidente: Eng. Klaus Saalfeld

Vogal: Eng. João Manuel Martins Cabral

Vogal: Eng. Nuno Guilherme Lourenço Pinheiro

CONSELHO FISCAL:

Presidente: Figueiredo & Neves, SROC como ROC efectivo
representada por Paulo Guilherme Figueiredo da Silva (ROC)

João Fernandes & Associados, SROC como ROC suplente
representada por Rui Miguel Nogueira Machado (ROC)

Vogal: Wolfgang Kemper

Vogal: Colette Marie Louise Antoinette Ghislaine Schmitz

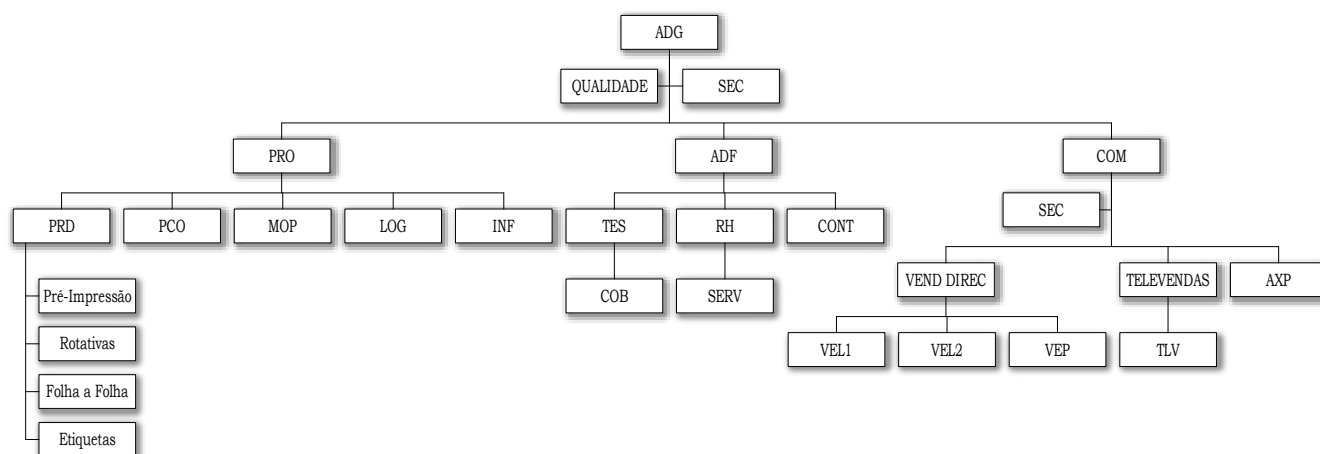
Relatório sobre o governo das sociedades Cotadas

A Litho Formas, S. A. respeita e cumpre com as recomendações respeitantes ao Governo das Sociedades Cotadas emitidas pela CMVM, sempre que aplicável e de acordo com a sua realidade específica.

Dando cumprimento ao disposto no artigo 1º do Regulamento da CMVM, apresenta-se de seguida o relatório sobre o governo da sociedade Litho Formas, S.A.:

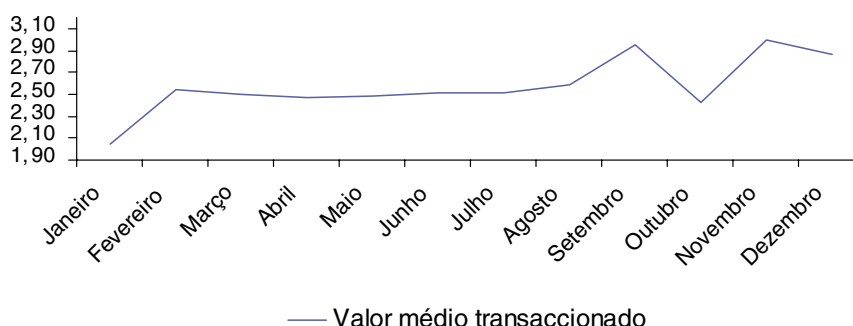
I - DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

1) Organigrama Funcional



2) As acções da Litho Formas durante o ano de 2002, registaram os seguintes movimentos:

Títulos Transaccionados em bolsa	20.457
Preço médio Transaccionado	2,61
Preço Máximo de Venda	3,03
Preço Mínimo de venda	2,02



Não se verificou neste exercício qualquer emissão de acções, ou de outros valores mobiliários.

Igualmente não foi efectuado qualquer pagamento de dividendos.

A Litho Formas não distribui dividendos desde 1996. Tal facto, deve-se aos resultados verificados e da constante necessidade de fazer investimentos que absorvem os recursos financeiros da empresa, não libertando meios para o pagamento dos dividendos. Contudo a Assembleia Geral é soberana na aprovação das propostas apresentadas pelos accionistas sobre esta matéria.

3) Não existem planos formais de distribuição de dividendos em curso, nem estão previstos quaisquer planos a criar no futuro.

4) Não existem planos de atribuição de acções, ou opções de aquisição de acções no exercício em curso.

5) A empresa dispõe de uma rede de correio electrónico que utiliza nas comunicações internas e externas nomeadamente no contacto com a BVLP e CMVM, estando esta via igualmente em aberto ao público em geral através do geral@lithoformas.pt.

6) A empresa no seu relacionamento com o mercado disponibiliza informação através do seu responsável pelas relações com o mercado, sempre que seja solicitado, na pessoa do Administrador Eng. Nuno Pinheiro. Está em estudo um folder com informações sobre o título no site da empresa, em fase de construção.

II - EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO E REPRESENTAÇÃO DE ACCIONISTAS

Nos termos dos Artigos 10º e 11º do pacto social e do Artigo 22º do Código dos Valores Mobiliários, são os seguintes os requisitos a que se encontra subordinada a participação e o exercício do direito de voto:

A Assembleia Geral é constituída pelos accionistas com direito a voto e as deliberações, quando tomadas nos termos da lei e dos presentes estatutos, são obrigatórias para todos.

1. O accionista pode fazer-se representar nas assembleias por um membro do Conselho de Administração ou Direcção da sociedade, pelos seus cônjuges, ascendentes ou descendentes, ou outro accionista com direito a voto.
2. Para participar na Assembleia Geral, devem os accionistas ter as acções registadas ou depositadas como propriedade sua, pelo menos , até ao terceiro dia anterior ao da reunião da mesma assembleia.
3. Por cada 20 acções contar-se-á um voto.
4. O direito de voto pode ser exercido por correspondência nos termos do Artigo 22º do Código dos Valores Mobiliários;
5. Só serão considerados os votos por correspondência, desde que recebidos na sede da sociedade, por meio de carta registada com aviso de recepção, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com pelo menos três dias de antecedência em relação à data da Assembleia, sem prejuízo da obrigatoriedade da prova da qualidade de accionista.
6. A declaração de voto deverá ser assinada pelo titular das acções ou pelo seu representante legal, devendo o accionista, se pessoa singular, acompanhar a declaração da cópia autenticada do seu Bilhete de Identidade, se pessoa colectiva deverá a assinatura ser reconhecida notarialmente na qualidade e com poderes para o acto:
7. Só serão consideradas válidas as declarações de voto de onde conste de forma expressa e inequívoca: (1) a indicação do ponto ou pontos da ordem de trabalhos a que respeita; (2) a proposta concreta a que se destina, com indicação do ou dos proponentes; (3) a indicação precisa e incondicional do sentido de voto para cada proposta, bem como se o mesmo se mantém caso a proposta venha a ser alterada pelo seu proponente;
8. Não obstante o disposto no ponto número 8, é permitido a um accionista que envie declaração de voto relativamente a certa proposta declarar que vota contra todas as demais propostas no mesmo ponto de ordem de trabalhos, sem outras especificações;
9. Entender-se-á que os accionistas que enviem declarações de voto por correspondência se abstêm na votação das propostas que não sejam objecto dessas declarações;
10. Não obstante o disposto no ponto numero 8, pode o accionista condicionar o sentido de voto para certa proposta à aprovação ou rejeição de outra, no âmbito do mesmo ponto da ordem de trabalhos;
11. Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou ao seu substituto, verificar da conformidade das declarações de voto por correspondência, valendo como não emitidos os votos correspondentes às declarações não aceites.

III – REGRAS SOCIETÁRIAS

A Litho Formas limita-se a respeitar a legislação em vigor.

A empresa não dispõe de departamento próprio de Auditoria Interna.

Não são conhecidos até á data de 2003 quaisquer acordos parassociais.

IV – ORGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

1. O Conselho de Administração é constituído por um Presidente e dois Vogais. Sendo o Presidente e um Vogal Administradores não executivos, e o outro Vogal Administrador executivo e independente, ou seja, não tem interesses accionistas.

Relativamente à função desempenhada pelos outros membros do Conselho Administração, cumpre informar que o Administrador não executivo



exerce as seguintes funções:

Sócio-gerente da Litho Formas & Drescher, Lda.

Gerente da Salfotécnica, Lda.

2. A Organização da Empresa respeita o modelo do Organigrama mostrado em I-1, não existindo qualquer outro órgão para além dos mencionados.

3. A Administração reúne periodicamente, havendo um livro de actas onde é registado o conteúdo das mesmas. Durante o Exercício de 2002 o Conselho da Administração reuniu 6 vezes.

A cadeia de decisão da empresa respeita os estatutos.

4. N/A

5. A remuneração do Conselho de Administração é fixa e consta do ponto 43 do Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados, não havendo qualquer pagamento de prémio indexado ao valor de cotação do título.

No Exercício em causa os Membros do Conselho de Administração recebem um total de 118.016 Euros, sendo 33.600 Euros correspondente aos Administradores não executivos e 84.416 Euros ao Administrador executivo. Este montante foi totalmente composto por salário fixo, não tendo sido pago neste exercício qualquer prémio de desempenho.

EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL ACTA DE REUNIÃO DE 31/03/2003

(...) “Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados”.

“Entrou-se em seguida do ponto número dois da Ordem de Trabalhos. Não havendo intervenções, foi posta à votação a proposta do Conselho de Administração no sentido de serem levados à conta de Resultados Transitados os prejuízos verificados no exercício, no montante de 541.009 Euros (quinhentos e quarenta e um mil e nove euros), sendo a proposta aprovada por unanimidade.”(...)

(...) “Proceder à eleição dos membros dos Órgãos Sociais”.

“Entrou-se no ponto número quatro da Ordem dos Trabalhos, com a apresentação, por parte do representante da accionista Julia Saalfeld, Sr. Engº João Cabral, de uma proposta para eleição dos seguintes membros dos Órgãos Sociais:

Mesa da Assembleia Geral:

Presidente: Benjamim Mendes
Secretário: Carla Baptista

Conselho de Administração

Presidente: Klaus Ludwig Saalfeld
Vogal: João Manuel Martins Cabral
Vogal: Klaus Albert Schumann
Vogal: Christoph Riess
Vogal: Nuno Guilherme Pinheiro

Conselho Fiscal

Presidente: Sousa & Santos Associados - SROC
(efectivo) Representada por José de Sousa Santos (ROC nº 804)
Av. Guerra Junqueiro, nº 26 1º Esq.
1000-167 Lisboa
Inscrita na OROC sob o nº 152
Inscrita na CMVM sob o nº 9005
NIF 504046683
Vogal: Wolfgang Kemper
Vogal: Collete Marie Louise Antoinette Ghislaine Schmitz
Suplente : Paulo Jorge Macedo Gamboa
Praceta Manuel Faria, nº 4 – 1ºC
Cidade Desportiva de Massamá
2745-014 Queluz
Inscrito na OROC sob o nº 1068
NIF 192641930

Não tendo havido intervenções foi a proposta posta á votação, sendo aprovada por unanimidade.”(...)